

O plano que rachou o governo

Depois da disputa entre Jobim e Vannuchi, agora são ministros do setor rural que se desentendem

Marcello Casal Jr./ABr

Elza Fiúza/ABr

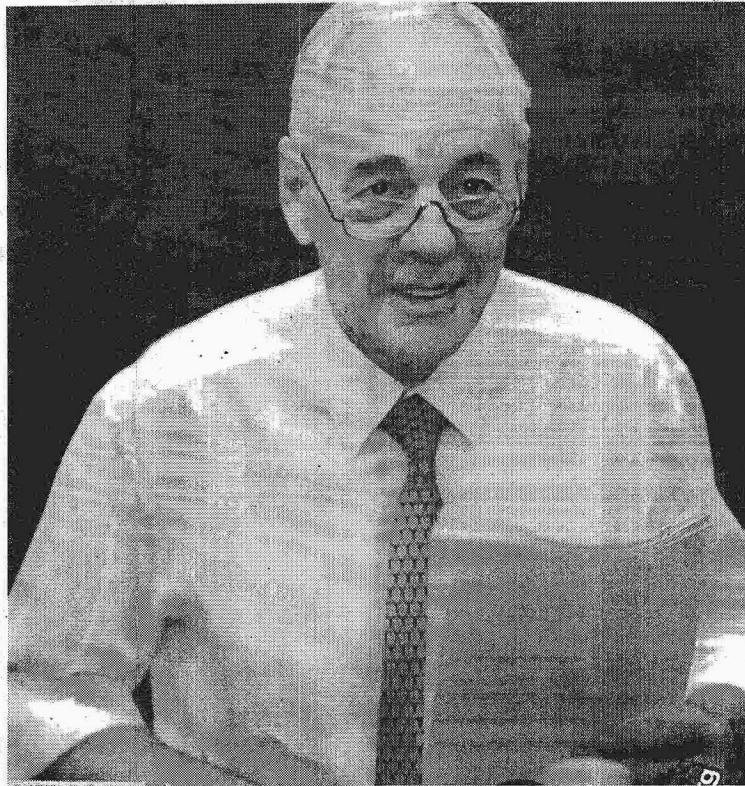
BRASÍLIA

A crise instalada no governo com o lançamento do Plano Nacional de Direitos Humanos ainda promete dar muita dor de cabeça para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Depois do ministro da Defesa, Nelson Jobim, ameaçar deixar o cargo juntamente com comandantes militares caso alguns dos pontos mais polêmicos da iniciativa não fossem revistos, ontem foi a vez do ministro da Agricultura, Reinholt Stephanes, disparar contra o plano elaborado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH), comandada pelo ministro Paulo Vannuchi. Juntando-se aos setores dentro e fora do governo que contestam o programa, Stephanes disse que as medidas propostas pelo plano para o setor rural aumentam a insegurança jurídica no campo e foram desenhadas para fortalecer organizações como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Num sinal claro da divisão que torna conta do governo no assunto, Stephanes foi rebatido pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, para quem o plano visa a criação de um ambiente de "paz social" no campo.

— Eu sinto pelo projeto, por a agricultura não estar participando e porque demonstra um certo preconceito em relação à agricultura comercial — lamentou Stephanes. Segundo ele, o Ministério da Agricultura não foi ouvido na elaboração do plano. — A agricultura não pode ser dividida apenas em agricultura comercial e agricultura familiar. Esse conceito não se aplica. Temos pequenos agricultores, médios agricultores e grandes agricultores. Todos eles participam, de uma forma ou de outra, da agricultura comercial ou do agronegócio.

O ministro reclamou ainda das medidas previstas no plano para a modificação das regras para a reintegração de posse de terras invadidas no país. Na avaliação de Stephanes, um possível estímulo para invasões do MST.

— Nós já temos insegurança jurídica com relação a invasões, nos já temos insegurança em relação a questões do código ambiental, em



IMPASSE — Cassel (E) criticou indiretamente Stephanes (D): segundo ele, críticas são daqueles que pretendem criminalizar movimentos sociais

relação a outras questões indígenas, em relação a outras questões quilombolas, que vem gerando uma insegurança jurídica no campo. Isso evidentemente tem que ser eliminado — acrescentou.

Poucas horas depois, Cassel rebateu as críticas de Stephanes ao plano. O ministro do Desenvolvimento Agrário disse que, até onde sabia, o colega de governo foi convidado a participar da elaboração do programa e, numa referência indireta a Stephanes, que a irritação contra as mudanças na reintegração de posse vinha de interessados em criminalizar movimentos sociais como o MST.

— O plano busca criar um ambiente de paz no meio rural. Ele busca, por meio do diálogo, criar o que eu chamei de um ambiente de paz de produção. De fato, o plano busca criar no meio rural um ambiente diferenciado, que supere essas questões. Tem pessoas que se incomodam com isso — argumentou Cassel. — A truculência, a violência, a solução liminar de conflitos sempre protegeu a grilagem ilegal de terras públicas, acobertou tra-

Plano pretende alterar as regras para o cumprimento de reintegrações de posse

balho escravo, acobertou extração ilegal de madeira, occultou destruição do meio ambiente.

O Plano Nacional de Direitos Humanos gerou polêmica e dividiu opiniões não apenas no governo. Ontem, associações de meios de comunicação divulgaram nota criticando a proposta de criar um ranking das empresas do setor. O decreto prevê a criação de uma comissão governamental para acompanhar como os meios de comunicação tratam os direitos humanos, criando um ranking de empresas. Segundo as associações, o decreto possibilita a punição de empresas, como a cassação de outorgas dos veículos de radiodifusão, que não seguem "as diretrizes oficiais em

relação aos direitos humanos". A nota é assinada pela Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Associação Nacional dos Editores de Revistas (Aner) e Associação Nacional de Jornais (ANJ). "Não é democrática e sim flagrantemente inconstitucional a ideia de instâncias e mecanismos de controle da informação", afirmam as entidades na nota.

Por outro lado, o Movimento Nacional de Direitos Humanos, que reúne cerca de 400 organizações de todo o país, divulgou um manifesto no qual repudia o comando das Forças Armadas e o ministro Nelson Jobim por serem contra a criação da Comissão da Verdade, prevista no Plano Nacional de Direitos Humanos com objetivo de apurar torturas e desaparecimentos durante a ditadura (1964-1985). Segundo o manifesto, a reação dos setores militares e do Ministério da Defesa "não são bem-vindas e contrastam com os compromissos constitucionais e internacionais com os direitos humanos".

No manifesto, o movimento diz

que rejeita qualquer proposta de revisão do texto, como já sinalizou que fará o presidente Lula.

“Entendemos que o consenso só faz sentido quando fundado na verdade e em argumentos razoáveis. Invocar falta de consenso frente a argumentos espúrios e anti-democráticos é não querer consensos e encontrar uma saída que só fortalece os setores do governo e da sociedade que insistem em querer uma democracia pela metade”, dizem as entidades no documento. O movimento encerra o manifesto cobrando uma posição do governo “coerente com os compromissos constitucionais, com a Justiça e a verdade e com os compromissos internacionais com a promoção e proteção dos direitos humanos”.

Já a Ordem dos Advogados do Brasil divulgou nota afirmando que consultará sua comissão de direitos humanos para fazer um parecer sobre o decreto 7037, que cria o plano. Com o estudo, o conselho federal da entidade deve fazer uma manifestação definitiva sobre a questão. (Com agências)